

ARTIGO ORIGINAL

Sindicalismo e a formação da consciência crítica dos profissionais de enfermagem em Alagoas (1992–2009)

Reinaldo dos Santos Moura¹, Francisco Joilson Carvalho Saraiva¹, Regina Maria dos Santos², Marina Kelly Santos Baptista², Vitor Comassetto Paes¹, Isabel Comassetto²

¹Afya Centro Universitário de Maceió (UNIMA/Afya), Maceió, AL, Brasil

²Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, AL, Brasil

Recebido em: 7 de Abril de 2026; Aceito em: 20 de Abril de 2026.

Correspondência: Reinaldo dos Santos Moura, reinaldo.santos@afya.com.br

Como citar

Moura RS, Saraiva FJC, Santos RM, Baptista MKS, Paes VC, Comassetto I. Sindicalismo e a formação da consciência crítica dos profissionais de enfermagem em Alagoas (1992–2009). Enferm Bras. 2026;25(1):3051-3064 doi: [10.62827/eb.v25i1.4210](https://doi.org/10.62827/eb.v25i1.4210).

Resumo

Introdução: O trabalho dos auxiliares e técnicos de enfermagem (ATE) no Brasil é historicamente marcado por precarização, baixa valorização salarial e limitado reconhecimento político. A organização sindical alagoana emergiu como resposta coletiva a essas condições, configurando resistência à hegemonia patronal. À luz do referencial gramsciano, a ação sindical constitui estratégia contra-hegemônica para articular direitos trabalhistas e promover consciência política dos trabalhadores. O sindicalismo dos ATE permanece sub-representado na produção científica brasileira. **Objetivo:** Descrever o sindicalismo dos ATE em Alagoas (1992–2009), compreendendo suas ações como estratégia contra-hegemônica voltada à melhoria das condições de trabalho e à construção da consciência política da categoria. **Métodos:** Estudo qualitativo, histórico-social, com análise de fontes documentais e orais de seis ATE. Participantes selecionados por amostragem intencional; entrevistas semiestruturadas audiogravadas e transcritas integralmente. Análise de conteúdo temática orientada pelo referencial gramsciano. **Resultados:** O sindicato atuou como espaço de organização coletiva, promovendo mobilizações, greves e ações políticas que ampliaram a conscientização dos trabalhadores. As mudanças de diretoria expressaram continuidade política e liderança feminina estratégica. A inserção no Movimento Unificado dos Trabalhadores da Saúde ampliou a articulação na sociedade civil alagoana. A música nas greves emergiu como instrumento cultural

contra-hegemônico de coesão coletiva e confronto às relações de exploração em saúde. *Conclusão:* O sindicalismo dos ATE em Alagoas exerceu papel relevante na luta por direitos trabalhistas e no reconhecimento da categoria, configurando práticas contra-hegemônicas que superaram reivindicações econômicas imediatas e contribuíram para a formação da consciência política dos trabalhadores de nível médio.

Palavras-chave: História da Enfermagem; Sindicatos; Conscientização; Condições de Trabalho; Capitalismo.

Abstract

Unionism and the Formation of Critical Consciousness among Nursing Professionals in Alagoas (1992–2009)

Introduction: The work of nursing assistants and technicians (NATs) in Brazil is historically marked by precarious conditions, low wages, and limited political recognition. The union movement in Alagoas emerged as a collective response to these conditions, constituting resistance to employer hegemony. Drawing on the Gramscian framework, union action represents a counter-hegemonic strategy to articulate labor rights and promote workers' political consciousness. NAT unionism remains underrepresented in Brazilian nursing scholarship. *Objective:* To describe NAT unionism in Alagoas (1992–2009), understanding their actions as counter-hegemonic strategies aimed at improving working conditions and building the political consciousness of the professional category. *Methods:* Qualitative, historical-social study with analysis of documentary and oral sources from six NATs. Participants were selected by intentional sampling; semi-structured interviews were audio-recorded and fully transcribed. Data were analyzed through thematic content analysis guided by the Gramscian framework. *Results:* The union acted as a space for collective organization, promoting mobilizations, strikes, and political actions that broadened workers' awareness. Leadership changes expressed political continuity and strategic female leadership. Insertion into the Unified Health Workers' Movement expanded articulation within Alagoas civil society. Music during strikes emerged as a counter-hegemonic cultural instrument of collective cohesion and confrontation with exploitative relations in healthcare. *Conclusion:* NAT unionism in Alagoas played a relevant role in the struggle for labor rights and the social and political recognition of the category, constituting counter-hegemonic practices that transcended immediate economic demands and contributed to the political consciousness of mid-level nursing workers.

Keywords: History of Nursing; Labor Unions; Awareness; Working Conditions; Capitalism.

Resumen

El sindicalismo y la formación de la conciencia crítica de los profesionales de enfermería en Alagoas (1992–2009)

Introducción: El trabajo de los auxiliares y técnicos de enfermería (ATE) en Brasil está históricamente marcado por precarización, baja valorización y limitado reconocimiento político. La organización sindical emergió como respuesta colectiva, configurando resistencia a la hegemonía patronal.

A la luz del referencial gramsciano, la acción sindical constituye estrategia contra-hegemónica para articular derechos laborales y conciencia política. El sindicalismo de los ATE permanece subrepresentado en la enfermería brasileña. *Objetivo:* Describir el sindicalismo de los ATE en Alagoas (1992–2009), con acciones contra-hegemónicas orientadas a la mejora de las condiciones de trabajo y construcción de la conciencia política de la categoría. *Métodos:* Estudio cualitativo, histórico-social, con análisis de fuentes documentales y orales de seis ATE. Participantes seleccionados por muestreo intencional; entrevistas semiestructuradas grabadas en audio y transcritas integralmente. Análisis de contenido temático orientado por el referencial gramsciano. *Resultados:* El sindicato actuó como espacio de organización colectiva, promoviendo movilizaciones, huelgas y acciones que ampliaron la concientización. Los cambios en la directiva expresaron continuidad política y liderazgo femenino estratégico. La inserción en el Movimiento Unificado de los Trabajadores de la Salud amplió la articulación en la sociedad civil alagoana. La música en las huelgas emergió como instrumento cultural contra-hegemónico de cohesión colectiva y confrontación con las relaciones de explotación en salud. *Conclusión:* El sindicalismo de los ATE ejerció papel relevante en la lucha por derechos laborales y reconocimiento de la categoría, configurando prácticas que superaron demandas inmediatas y contribuyeron a la conciencia política de los trabajadores de nivel medio.

Palabras-clave: Historia de la Enfermería; Sindicatos; Concienciación; Condiciones de Trabajo; Capitalismo.

Introdução

O trabalho dos auxiliares e técnicos de enfermagem (ATE) no Brasil tem sido historicamente marcado por processos de precarização, intensificação laboral e desigualdade nas relações de poder, particularmente nos serviços públicos e privados de saúde [1].

Evidências recentes indicam que esses profissionais permanecem submetidos a longas jornadas, baixos salários, sobrecarga física e emocional, além de limitado reconhecimento social e institucional, resultando em desgaste laboral e adoecimento relacionado ao trabalho [2,3]. Tal cenário demonstra que as condições de trabalho da enfermagem não se restringem à dimensão técnico-assistencial, mas expressam disputas estruturais relacionadas ao modo de organização do trabalho e às políticas públicas de saúde.

Estudos contemporâneos têm destacado o papel estratégico da ação coletiva e do sindicalismo frente à persistência dessas desigualdades [4]. Pesquisas recentes sobre o sindicalismo brasileiro apontam que, mesmo diante de processos de fragilização das entidades representativas e de transformações no mundo do trabalho, os sindicatos seguem como importantes instrumentos de mediação de conflitos, defesa de direitos trabalhistas e construção de pautas políticas voltadas à valorização profissional [5].

No campo da enfermagem, contudo, observa-se que a produção científica tem privilegiado majoritariamente os enfermeiros de nível superior, mantendo ATE, a maioria numérica da força de trabalho na enfermagem, em posição secundária no debate acadêmico [3,4].

À luz do pensamento gramsciano, essa invisibilização pode ser compreendida como parte do exercício da hegemonia no interior da sociedade civil [6]. A hegemonia é construída não apenas pela coerção, mas sobretudo pela direção moral e intelectual, que naturaliza relações desiguais e produz consentimento entre as classes subalternas [7]. Nesse sentido, a organização sindical configura-se como um aparelho privado de hegemonia, capaz de fomentar consciência crítica, articular lutas coletivas e disputar projetos societários no interior da sociedade civil [8,9].

Inserido nesse marco teórico, o sindicalismo dos auxiliares de enfermagem (AE) e técnicos de enfermagem (TE) pode ser interpretado como uma forma concreta de resistência contra-hegemônica. Ao questionar a naturalização das más condições de trabalho, denunciar injustiças e reivindicar direitos, os sindicatos contribuem para a formação de uma consciência política coletiva, superando o senso comum imposto pelas estruturas dominantes [4,9].

Pesquisas recentes que dialogam com Gramsci no campo trabalho-saúde-educação reforçam que

essas práticas extrapolam reivindicações econômicas imediatas, constituindo também processos formativos, culturais e políticos essenciais para a emancipação das classes subalternas [1,9].

Nesse contexto, analisar o sindicalismo dos ATE em Alagoas, no período de 1992 a 2009, revela-se relevante e necessário. O estudo justifica-se pela escassez de investigações histórico-críticas centradas nessa categoria profissional e pela importância de compreender como as lutas sindicais contribuíram para a melhoria das condições de trabalho e para a formação da consciência política desses trabalhadores. Ao resgatar essa trajetória, a pesquisa contribui para a História da Enfermagem, bem como para o fortalecimento do debate contemporâneo sobre trabalho, saúde e resistência coletiva no Brasil.

Descreveu-se o sindicalismo dos ATE em Alagoas, no período de 1992 a 2009, compreendendo suas ações como estratégias contra-hegemônicas voltadas à melhoria das condições de trabalho e à construção da consciência política da categoria.

Métodos

Trata-se de um estudo qualitativo, histórico-social [10], com referencial teórico de Antonio Gramsci, fundamentado a análise, por meio dos conceitos de hegemonia, contra-hegemonia, sociedade civil e consciência de classe.

O recorte espacial compreendeu o estado de Alagoas, na região Nordeste do Brasil, e o recorte temporal abrangeu o período de 1992 a 2009, delimitado pela reorganização inicial do Sindicato dos ATE de Alagoas e pelo encerramento da atuação de suas quatro primeiras diretorias. Esses marcos permitiram analisar a constituição, a consolidação

institucional e as estratégias de luta desenvolvidas pelo sindicato.

O corpus do estudo foi constituído por fontes históricas diretas e indiretas. As fontes diretas incluíram documentos institucionais do sindicato, jornais sindicais e de circulação local, além de entrevistas com seis ATE que participaram ativamente da trajetória sindical no período estudado. Os participantes foram selecionados por amostragem intencional, priorizando sujeitos com atuação direta na organização e nas mobilizações sindicais. As entrevistas seguiram roteiro

semiestruturado, foram audiogravadas, transcritas integralmente e incorporadas ao corpus como fontes históricas.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, que detalha o corpus documental e apresenta as informações

relevantes das fontes históricas analisadas no estudo, incluindo suas caracterizações, a fim de favorecer a compreensão do material empírico, conforme proposto em estudos desse cunho [10].

Quadro 1 – Caracterização do Corpus Documental – Fontes Diretas

Nº	Característica da fonte	Local de coleta	Resumo
Figura I	Retificação do Estatuto	Arquivos do Depoente C	Retificação do Estatuto no Diário Oficial do Estado de Alagoas. Nº 34
Figura II	Recorte do Jornal Interno Sindical	Arquivos do Depoente B	Matéria de capa que mostra o Jornal Sindical Mova-se Alagoas.
Figura III	Recorte do Jornal Capa Gazeta de Alagoas.	Arquivos Sindical	Matéria de capa que mostra o Jornal Gazeta de Alagoas de 21 de Maio de 2009.
Letra	Letra de música e melodia	Nas entrevistas	Utilizada nas greves e lutas coletivas e cantada por todos nas entrevistas.

Fontes Orais – Depoentes

Depoente	Profissão	Gênero	Cargo	Organização civil
A	AE	Feminino	Presidenta	Sindicato e Partido Comunista
B	AE	Feminino	Presidenta	Sindicato e Partido Comunista
C	AE	Masculino	Tesoureiro	Sindicato e Partido Comunista
D	AE	Masculino	Tesoureiro	Sindicato
E	AE	Feminino	Secretária	Associação Sindical
F	AE	Masculino	Tesoureiro	Sindicato

Fonte: dados do pesquisador, 2025.

Os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo temática, orientada pelo referencial gramsciano. Os resultados foram organizados em eixos analíticos articulados ao percurso metodológico: (1) Mudanças na diretoria do Sindicato dos ATE e sua inserção na sociedade civil alagoana e (2) A luta sindical por melhores condições de trabalho, salários e reconhecimento como entidade representativa.

O estudo foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de

Alagoas, sob o parecer nº 2.508.801 e CAAE nº 79039817.5.0000.5013, em conformidade com os princípios éticos vigentes para pesquisas envolvendo seres humanos.

O Microsoft Copilot foi utilizado exclusivamente para revisão linguística e aprimoramento textual do manuscrito, não sendo empregado em nenhuma etapa da coleta, análise ou interpretação dos dados, que permaneceram sob responsabilidade dos pesquisadores.

Resultados

A consolidação política da diretoria do Sindicato dos ATE criou as condições objetivas para a intensificação das estratégias de mobilização sindical, analisadas no eixo I.

Eixo I: Mudanças na diretoria do Sindicato dos ATE e sua inserção na sociedade civil alagoana

O recorte temporal deste estudo compreende o período de 1992 a 2009, definido a partir de outra pesquisa [1,4] e confirmado por fontes orais. O marco inicial corresponde ao afastamento da Depoente A, da presidência do Sindicato, ocorrido em 1992, evento que inaugura uma nova fase de reorganização da entidade e de redefinição de sua atuação na sociedade civil alagoana.

Me afastei por opção, escolha pessoal, de cuidar dos meus projetos, que também eu 'tava' indo embora "pra" Salvador, e aí eu convoquei uma assembleia; foi assim que eu deixei o SATE/AL. Convoquei uma assembleia, e comuniquei aos trabalhadores que eu estava me afastando, e eu tinha esse limite 'pra' isso. Eu não podia sair.

E, aí, houve uma resistência, né? dos trabalhadores, em não permitir. A assembleia estava... foi marcada para às 7h da noite, e eu saí às 11h do centro formador de Recursos Humanos, hoje é a Escola Valéria Hora, e não tinha mais transporte coletivo e sempre foi uma deficiência, e aí eu fui embora 'pra' Salvador (BA) (Depoente A, 2025).

Observou-se que sua saída foi precedida de assembleia convocada para comunicar formalmente a decisão à categoria, mesmo diante da resistência de parte dos trabalhadores. O relato expressa o grau de articulação política entre a direção sindical e sua base. A mudança na diretoria foi oficialmente registrada no Diário Oficial do Estado de Alagoas (Figura 1), nº 34, de 25 de março de 1992, por meio de retificação estatutária que instituiu outra mulher como presidente da entidade. A continuidade da liderança feminina no sindicato assume relevância diante da feminização do trabalho em enfermagem, especialmente no nível médio, reforçando a centralidade da participação das mulheres na organização sindical da categoria.

Sociedades Cíveis e Mercantis

SINDICATO DOS AUXILIARES E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM NO ESTADO DE ALAGOAS, Rua Senador Mendonça, nº 180, 2º andar, sala 20, Centro, Maceió, 29 de março de 1992.

REGIÃO ESTATUTÁRIA **1**

EXTRATO DO ESTATUTO SOCIAL

Art. 14- Nome: SINDICATO DOS AUXILIARES E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM NO ESTADO DE ALAGOAS, fundado em 16 de novembro de 1966. Tempo de duração: Por prazo indeterminado. Sede: Rua Senador Mendonça, nº 180, 2º andar, sala 20, Centro, Maceió, Esse Território no Estado de Alagoas. Objetivos Sociais: Representar, coordenar, e sobretudo, defender os direitos e interesses coletivo ou individuais da categoria profissionais, Auxiliares, Técnicos e Aterentes de Enfermagem, inclusive Partelras, que trabalham nos Hospitais, Casas de Saúde, Clínicas, Ambulatórios, Consultórios Médicos e Odontológicos, inclusive perante as autoridades administrativas e Judiciárias. (Art. 6º da Constituição Federal).

SEÇÃO IV
DA DIRETORIA

Art. 21º- A Diretoria Executiva é composta por 5 (seis) membros efetivos, com igual número de suplentes, quadrienalmente eleitos pelo voto direto e secreto dos associados em gozo dos seus direitos na forma deste Estatuto, e tem a seguinte distribuição de cargos: 1- Presidente; 2- Vice-Presidente; 3- Secretário-geral; 4- Secretário-executivo; 5- Tesoureiro; 6- Vice-Tesoureiro.

Art. 22º- Compete à Diretoria:

- representar o Sindicato judicialmente e defender os interesses da entidade e da categoria perante poderes políticos e empresas;
- fixar as diretrizes gerais da política sindical a ser desenvolvida;
- cumprir e fazer cumprir as deliberações da categoria em todas as suas instâncias;
- gerir o patrimônio, garantindo sua utilização para o cumprimento deste Estatuto e das deliberações da categoria representada;
- garantir a filiação de qualquer integrante da categoria, observando apenas as determinações deste Estatuto;
- representar o Sindicato para estabelecer negociações, fazer acordos, convenções coletivas de trabalho e suscitar dissídios coletivos, respeitando as decisões das Assembleias, inclusive na indicação das comissões de negociação;
- reunir-se, em sessão ordinária, uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que a maioria da Diretoria convocar;
- manter organizados e em funcionamento os diversos setores do Sindicato;
- organizar o quadro de pessoal fixando as respectivas remunerações;
- criar Comissões de Saúde, diretores ou não, necessárias para auxiliar na execução dos trabalhos;
- executar determinações do Congresso Estadual e Assembleias Gerais;
- fazer organizar por contador, legalmente habilitado e submeter à Assembleia Geral Ordinária, parecer prévio do Conselho Fiscal, o balanço financeiro do exercício anterior, apresentando o relatório de atividades do mesmo exercício e programa para o exercício seguinte, providenciando as necessárias publicações;
- implementar a política de mobilização do sindicato;
- coordenar as atividades de mobilização da categoria;
- coordenar e garantir a infra-estrutura necessária para a realização de Assembleias e quaisquer outros eventos.

Art. 24º Ao Presidente compete:

- representar formal e legalmente o Sindicato, inclusive perante as autoridades administrativas e judiciárias, podendo delegar poderes;
- presidir as reuniões da Diretoria;
- assinar as atas das sessões, o orçamento anual todos os papéis que dependem da sua assinatura bem como rubricar os livros da Secretaria e da Tesouraria;
- ordenar as despesas autorizadas, visar os cheques e contas a pagar, de acordo com o Tesoureiro;
- assinar com o tesoureiro os cheques e outros títulos de crédito da entidade.

Art. 135º Os associados não responderão nem mesmo subsidiariamente pelo patrimônio do Sindicato.

Art. 136º No caso de dissolução do Sindicato, o que só pode ocorrer por deliberação expressa da Assembleia Geral para esse fim convocada e com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos associados quites, pagas as dívidas legítimas e decorrentes de sua responsabilidade, seu patrimônio será doado ao Sindicato da mesma categoria, ou de categoria similar ou conexa, ou ainda a qualquer entidade profissional ou sindical de qualquer grau, inclusive central sindical, a critério da Assembleia Geral que deliberou sobre a dissolução.

DIRETORIA

PRESIDENTE: ELIZETE DOS SANTOS, brasileira, solteira, Auxiliar de Enfermagem, residente na rua Roberto Simonsen, S/N, Conjunto do Sesi, Parol.

SECRETÁRIA: IMA MARIA MENDES DA SILVA, brasileira, solteira, Atendente de Enfermagem, residente na Trav. Rio da Silva, nº 36, Tabuleiro dos Martins.

TESOUREIRO: MÁRIO JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, Auxiliar de Enfermagem, residente na Rua Dr. José Mercely, nº 20, Pogo.

2º TESOUREIRO: ANDRÉ CORDEIRO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, Auxiliar de Enfermagem, residente na Rua Belo Horizonte, nº 1178, Parol.

CONSELHO FISCAL

JOSÉ GEORGE DOS SANTOS, brasileiro, casado, Auxiliar de Enfermagem, residente na rua Expedicionários, nº 200, Verdel do Lago, Maceió.

ROBERTO PINHEIRO, brasileiro, casado, Atendente de Enfermagem, residente no Conjunto Joaquim Leão, Q.29 nº 274, Verdel do Lago, Maceió.

MARCELO FERREIRA DO NASCIMENTO, brasileiro, residente no Conjunto Alfredo Gaspar de Mendonça, bloco 47, apto 02, Jacarecica, Maceió.

O presente estatuto entrará em vigor a partir da 1ª Assembleia Sindical a ser realizada em 1992. Este Estatuto poderá ser reformado mediante aprovação da Assembleia Geral especialmente convocada para esse objetivo.

Maceió, 20 de março de 1992.

ELIZETE DOS SANTOS
PRESIDENTE

Fonte: dados do pesquisador, 2025.

Figura 1 – Retificação do Estatuto no Diário Oficial do Estado de Alagoas, 1992. Maceió (AL) Brasil.

Outras fontes orais (Deponentes C e D) indicam que a presidente da época (Deponente B) exerceu uma liderança marcada pelo enfrentamento às estruturas dominantes, relatando perseguições decorrentes de sua atuação combativa. Tal postura permite compreender sua presidência como expressão de resistência no interior da

sociedade civil, fortalecendo o sindicato como espaço de disputa contra a hegemonia patronal. Essa interpretação é corroborada por depoimentos de outros membros da diretoria, que destacam o SATEAL como vanguarda nas reivindicações por direitos trabalhistas, como adicional de insalubridade e adicional noturno.

Foi uma época muito assim espinhosa porque, enfrentamos o patronal com a cara, a coragem e a organização que tínhamos, pois sofri perseguição nos hospitais de Maceió, mas nunca me deixei intimidar (Depoente B, 2025).

Sob a perspectiva gramsciana [7], a atuação do sindicato em Alagoas nesse período pode ser compreendida como prática contra-hegemônica, uma vez que articulou organização coletiva, luta por direitos e construção de consciência política entre os auxiliares e técnicos de enfermagem. Para alguns estudiosos [1] quando a classe proletariado reconhece na sua conjuntura social, a exploração e a degradação de seus direitos, este se encontra no estado de assumir o controle social, tal afirmativa foi mencionada no processo de sindicalização política dos enfermeiros do Rio de Janeiro [11].

Conforme ideias gramsciana [7], os sindicatos exercem papel estratégico na formação cultural e política das classes subalternas, ao tensionarem o senso comum imposto pelas classes dominantes. Assim, as mudanças na diretoria sindical não se limitaram a alterações administrativas, mas integraram um processo histórico de afirmação política e fortalecimento do sindicato enquanto aparelho de disputa no interior da sociedade civil alagoana.

...a lei de greve nós tínhamos e com atual presidente tínhamos uma concentração maciça de participação dos trabalhadores nos movimentos (Depoente C, 2025).

Eu visualizava um caminho profissional e o aspecto humanitário, com a criação do sindicato e com a atuação da presidenta (Depoente B), onde encontramos uma vanguarda da reivindicação dos nossos direitos com muita luta, que resultou na

conquista da insalubridade para todos os funcionários, adicional noturno e compensação a luta onde é de outro (Depoente D, 2025).

No próximo eixo, observa-se as estratégias organizativas que desdobraram ações coletivas mais explícitas, como greves e paralisações, que passam a ser interpretadas como práticas contra-hegemônicas no campo da enfermagem.

Eixo II: A luta sindical por melhores condições de trabalho, salários e reconhecimento como entidade representativa

Nesse contexto, as mobilizações conduzidas pelo sindicato no período analisado expressaram uma etapa de ampliação da luta sindical, marcada pelo uso da greve como instrumento político. Tais ações refletiram a insuficiência das negociações institucionais frente às condições de trabalho impostas à categoria. Em consonância com o ordenamento jurídico brasileiro, o direito à greve encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 9º, bem como na Lei nº 7.783/1989, que assegura a todos os trabalhadores a livre decisão quanto à oportunidade de exercê-lo em defesa de seus interesses [12].

Depoimentos de dirigentes sindicais evidenciam que as paralisações foram acompanhadas de perseguições e tentativas de deslegitimação do movimento, indicando a assimetria de poder existente entre trabalhadores e empregadores.

A movimentação das greves até chegar o ponto de se estabelecer é o funcionamento ne? a manutenção de 30% de trabalhadores e trabalhadoras dentro das unidades de saúde, além da pressão dos empresários na participação nos movimentos de greve então ne (Depoente C, 2025).

Alguns diziam com medo, pois muitos foram demitidos. Eu só tenho esse emprego, se for demitida como farei? Sobretudo, o povo do sindicato me dizia que se associem e participem... Assim com muita luta e ameaças as vezes nos piquetes dos policiais, conseguiu-se o que temos e se consolidou o sindicato para nos profissionais de enfermagem (Depoente E, 2025).

Corroborando com as fontes orais acima, na Figura 2, observa-se a inserção do sindicato no Movimento Unificado dos Trabalhadores da Saúde (MUTS), ampliando sua atuação para além da esfera corporativa e fortalecendo a articulação política com outros segmentos do campo da saúde. Essa inserção evidenciou uma estratégia de ampliação das alianças na sociedade civil, elemento central para o fortalecimento das lutas coletivas no setor.



Fonte: dados do pesquisador, 2025.

Figura 2 – *Jornal Sindical Mova-se Alagoas. Nº 34. Maceió (AL) Brasil, 2007.*

As reivindicações empreendidas nesse contexto concentraram-se na revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, na melhoria das condições salariais e de trabalho, no tratamento isonômico dos trabalhadores em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como na implantação do adicional de insalubridade e na devolução do adicional noturno indevidamente descontado dos servidores. Essas pautas, registradas nos documentos analisados e sintetizadas na Figura 2, expressam demandas históricas da categoria e revelam a articulação entre direitos trabalhistas e princípios estruturantes da política pública de saúde.

Na Figura 3, identificam-se outras duas greves protagonizadas pelos ATE, ambas realizadas em grandes hospitais filantrópicos localizados na região alta da capital alagoana. As mobilizações tiveram como motivações centrais o atraso salarial e a reivindicação por melhores condições de trabalho. As ações coletivas incluíram o fechamento das vias de acesso aos serviços hospitalares, o que lhes conferiu forte impacto simbólico e político no espaço urbano. Ao interromper o fluxo cotidiano da cidade, as greves ampliaram a visibilidade pública do conflito capital-trabalho no setor da saúde, deslocando-o para o centro do debate social e político local.



Fonte: dados do pesquisador, 2025.

Figura 3 – Greves dos auxiliares e técnicos de enfermagem em 2009, na Avenida Doutor Fernandes Lima, Maceió (AL).

Essas greves expressam um processo de elevação da consciência coletiva, na medida em que transformam demandas imediatas (salário e condições de trabalho) em uma contestação pública às formas de dominação vigentes. A ação coletiva organizada, ao romper com o senso comum

passivo e produzir novos significados sobre trabalho, dignidade e direitos, constitui-se como dimensão fundamental da luta pela hegemonia [7] Nesse sentido, as paralisações de 2009 reforçam o papel do sindicato enquanto aparelho privado de organização da classe trabalhadora, atuando

na formação política dos auxiliares e técnicos de enfermagem e no fortalecimento de sua capacidade de intervenção na esfera pública.

À luz do referencial gramsciano [7], essas disputas podem ser compreendidas como parte de um processo de enfrentamento à hegemonia construída no interior das relações capital-trabalho. Conforme Gramsci, a hegemonia se sustenta por meio da produção de consenso e da naturalização das desigualdades, sendo a organização sindical um espaço privilegiado de construção de contra-hegemonia. Ao tensionar relações de poder estabelecidas e reivindicar reconhecimento, o Sindicato dos ATE atuou como aparelho privado de hegemonia da classe trabalhadora, promovendo a formação política e a ampliação da consciência coletiva dos auxiliares e técnicos de enfermagem.

De acordos com outras fontes orais, houve na época uma denúncia direcionada a um dos grandes hospitais filantrópicos de Maceió, alegando intimidações, ameaças, assédio moral e sobrecarga de trabalho, os líderes setoriais impondo autoridade, na tentativa de silenciar os ATE. Diante de tais situações, observou-se a atuação do sindicato da categoria como uma organização sindical ativa, que em todos os momentos estavam ao lado da classe.

Teve uma greve da Santa Casa Maceió onde nos vestimos preto, com um carro de som a música clássica de todas greves. Foi um movimento muito grande, pois fechamos o serviço externo de transferência de pacientes cantando e lutando (Depoente F, 2025).

De acordo com a depoentes (A e B), a música entoada durante as greves do sindicato dos ATE, de autoria desconhecida, constituiu um importante instrumento contra hegemônico e político das mobilizações da categoria, sendo frequentemente

cantada em frente às instituições hospitalares. Mais do que um recurso lúdico, a composição expressa, em linguagem popular, as condições materiais, os conflitos e as estratégias de luta vivenciadas pelos trabalhadores da enfermagem de nível médio, funcionando como elemento de coesão coletiva e de enfrentamento público ao patronato.

Os hospitais trabalhamos o ano inteiro, o nosso bolso não entra nenhum dinheiro, o lema agora é pegar briga com o patrão ou paga o nosso ou não tem trabalho não. Os hospitais trabalhamos o ano inteiro, o nosso bolso não entra nenhum dinheiro, o lema agora é pegar briga com o patrão ou paga o nosso ou não tem trabalho não, então como é que é resposta logo o homem, não quero morrer de fome, então resposta logo o homem não quero morrer de fome. Dignidade e respeito, salário digno é bom para a saúde, condições dignas de trabalho, é atendimento com qualidade. Patrões gananciosos prejudicam a saúde, e assédio moral também prejudica a saúde, sobrecarga de trabalho também prejudica a saúde. Greve já. Nos hospitais trabalhamos o ano inteiro, o nosso bolso não entra nenhum dinheiro, o lema agora é pegar briga com o patrão ou paga o nosso ou não tem trabalho não. Nos hospitais trabalhamos o ano inteiro, o nosso bolso não entra nenhum dinheiro, o lema agora é pegar briga com o patrão ou paga o nosso ou não tem trabalho não. Então como é que é resposta logo o homem, não quero morrer de fome. Então como é que é resposta logo o homem, não quero morrer de fome. Vocês pensa que nós fomos embora, nós enganamos vocês fizemos que fomos e voltamos oi nós aqui outra vez. Então como é que é resposta logo o homem, não quero morrer de fome.

Discussão

A repetição insistente dos versos “nos hospitais trabalhamos o ano inteiro, o nosso bolso não entra nenhum dinheiro” sintetiza a contradição central do trabalho em saúde: a intensificação da força de trabalho sem a correspondente valorização salarial. Essa formulação evidencia a consciência da exploração cotidiana e rompe com o discurso hegemônico que naturaliza a abnegação e a precarização do trabalhador da saúde. O trecho “o lema agora é pegar briga com o patrão ou paga o nosso ou não tem trabalho não” explicita a greve como estratégia deliberada de enfrentamento, denunciando o esgotamento das vias institucionais de negociação e afirmando a paralisação como instrumento legítimo de luta.

A interpelação direta ao empregador — “então como é que é, responda logo homem, não quero morrer de fome” — revela a personalização do conflito capital-trabalho e reforça a dimensão moral da reivindicação. O apelo à sobrevivência material desloca a greve do campo estritamente econômico para o campo ético-político, aproximando-se das narrativas presentes nas fontes orais do Eixo II, nas quais dirigentes e trabalhadores afirmam a dignidade como eixo central da luta sindical. Essa dimensão é reiterada nos versos que associam salário digno, condições de trabalho e qualidade da assistência, evidenciando que a pauta da categoria ultrapassava interesses corporativos, articulando-se à defesa do cuidado em saúde.

Sob a perspectiva gramsciana [7], a música pode ser interpretada como um produto cultural contra-hegemônico, que opera no interior da sociedade civil como mecanismo de construção

de consciência coletiva. Ao denunciar a ganância patronal, o assédio moral e a sobrecarga de trabalho como fatores que “prejudicam a saúde”, a letra subverte o senso comum dominante e reconfigura o entendimento do processo saúde-doença, incorporando o trabalho como determinante central [6,7]. Nesse sentido, a canção atua como instrumento pedagógico, contribuindo para a formação de uma nova concepção de mundo entre os trabalhadores, conforme proposto por Gramsci ao destacar o papel da cultura na disputa hegemônica [7].

O trecho final, “você pensam que nós fomos embora... nós enganamos vocês... e voltamos”, reforça a persistência da luta coletiva e a recusa da submissão, em consonância com depoimentos presentes nas fontes orais do Eixo II, que relatam a continuidade das mobilizações mesmo diante de perseguições e tentativas de desmobilização. Assim, a música não apenas expressa a insatisfação dos trabalhadores, mas consolida-se como símbolo de resistência, fortalecendo o reconhecimento do sindicato dos ATE enquanto entidade representativa e ampliando sua legitimidade política no espaço público.

Como limitação do estudo, destaca-se a impossibilidade de acesso a depoimentos de alguns sujeitos históricos relevantes, em razão de adoecimento, invalidez ou falecimento, o que restringiu determinadas narrativas. Ainda assim, a articulação entre fontes documentais, orais disponíveis e produções culturais permitiu uma análise consistente da experiência sindical, apontando a necessidade de novos estudos que aprofundem a história do sindicalismo da enfermagem.

Conclusão

As mobilizações, reivindicações salariais, greves e práticas culturais evidenciam o sindicato como espaço central de organização coletiva e fortalecimento da identidade profissional dos trabalhadores de nível médio da enfermagem. Sob uma lente gramsciana, os achados indicam que a atuação sindical ultrapassa a dimensão econômica, configurando-se como espaço de formação políticoideológica, produção de consensos contrahegemônicos e ampliação da consciência crítica sobre o trabalho e os direitos no campo da saúde.

Apesar das limitações relacionadas ao recorte temporal e às fontes analisadas, os resultados contribuem para compreender o papel do sindicalismo na construção da identidade profissional e na formação de sujeitos coletivos capazes de

intervir na sociedade civil e nas relações de poder da saúde coletiva.

Conflitos de Interesse

Os autores declaram não haver conflito de interesse.

Fontes de Financiamento

Não houve financiamento.

Contribuição dos autores

Concepção e desenho da pesquisa: Moura RS, Saraiva FJC, Santos RM; Obtenção de dados: Moura RS, Saraiva FJC, Paes VC; Análise e interpretação dos dados: Moura RS, Saraiva FJC, Santos RM, Baptista MKS, Paes VC, Comassetto I; Redação do manuscrito: Moura RS, Saraiva FJC, Santos RM, Baptista MKS, Paes VC, Comassetto I; Revisão crítica do manuscrito quanto ao conteúdo intelectual importante: Moura RS, Saraiva FJC, Santos RM, Baptista MKS, Paes VC, Comassetto I.

Referências

1. Moura RDS, Santos RM, Saraiva FJC, Macêdo AC, Rocha KRSL, Silva NAR, et al. A conjuntura do trabalho de enfermagem na sociedade civil do estado de Alagoas nos anos 1980 sob a égide do pensamento de Antonio Gramsci. In: Collection of international topics in health science. [S.l.]: Seven Editora; 2023. p. 1417–1434. doi:10.56238/colleinternhealthscienv1-112. Disponível em: <https://sevenpubl.com.br/editora/article/view/311>. Acesso em: 5 abr. 2026.
2. Barreto GAA, Oliveira JML, Carneiro BA, Bastos MAC, Cardoso GMP, Figueredo WN. Condições de trabalho da enfermagem: uma revisão integrativa. Rev Educ Saude Integr (REVISA). 2021;10(1):13–21. doi:10.36239/revisa.v10.n1.p13a21.
3. Machado MH, coordenadora. Sistema de saúde e trabalho: desafios para a enfermagem no Brasil. Brasília: Conselho Federal de Enfermagem; Fundação Oswaldo Cruz; 2022. Disponível em: <https://biblioteca.cofen.gov.br/sistema-de-saude-e-trabalho-desafios-para-a-enfermagem-no-brasil/>. Acesso em: 7 abr. 2026.
4. Moura RDS, Saraiva FJC, Santos RM, Macêdo AC, Costa LMC, Oliveira KCPN, et al. Sindicalização dos auxiliares e técnicos de enfermagem de Alagoas: caminhos para a politização (1987–1989). Contrib Cienc Soc. 2025;18(6):e18560. doi:10.55905/revconv.18n.6-085. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/18560>. Acesso em: 5 abr. 2026.
5. Santana MA, Rodrigues IJ. Estudos sobre o sindicalismo brasileiro hoje: percursos e análises recentes. Rev Bras Sociol. 2023;11(29):1–25. doi:10.20336/rbs.897.

6. Gramsci A. O leitor de Gramsci. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2011.
7. Gramsci A. Concepção dialética da história. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1986.
8. Neves AV. Apontamentos sobre Antonio Gramsci e sua influência no Serviço Social no século XXI. Rev Katálysis. 2021;24(2):350–360. doi:10.1590/1982-0259.2021.e79936.
9. Paiva MJ. O pensamento de Gramsci nas pesquisas acadêmicas brasileiras e o encontro entre trabalho, saúde e educação. Serv Soc Saude. 2022;21(2):1–18. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/10732>. Acesso em: 7 abr. 2026.
10. Barros JDA. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas: uma síntese metodológica. Rev Port Hist. 2021;52:397–419. doi:10.14195/0870-4147_52_17. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/rph/article/view/8691>. Acesso em: 7 abr. 2026.
11. Gomes MLB, Muniz AF. Construindo a identidade sindical das enfermeiras no Rio de Janeiro (1978–1984). Texto Contexto Enferm. 2005;14(4):543–550. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n4/a04v14n4.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2026.
12. Brasil. Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989. Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais e regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. Diário Oficial da União. 29 jun 1989; Seção 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7783.htm.



Este artigo de acesso aberto é distribuído nos termos da Licença de Atribuição Creative Commons (CC BY 4.0), que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.